



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 14h1min do dia 5/9/16, no Plenário Camil Caram, o vereador Preto, após registrar o horário mencionado, declarou que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - deixava de reunir-se, por falta de quórum. Registre-se que: a) esta reunião estava marcada para iniciar-se às 13h30min; b) deixaram de ser apreciados nesta reunião os projetos de lei nºs 140/13, 1.974, 1.975 e 2.001/16. O presidente informou que haveria a audiência pública prevista para esta data e solicitou que se aguardasse cinco minutos para a chegada do vereador Pablo César-Pablito. Registre-se a presença do vereador Pablo César-Pablito. Mesmo não havendo quórum, o presidente abriu os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade de discutir a Lei Federal nº 13.290, de 23 de maio de 2016, que alterou o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, determinando que o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nas rodovias. Esta audiência realizou-se por iniciativa do vereador Pablo César-Pablito, conforme o Requerimento de Comissão nº 417/16. O presidente, vereador Preto, passou a condução dos trabalhos para o vereador Pablo César-Pablito e se retirou do plenário. O vereador Pablo César-Pablito convidou para compor a mesa: 1) o superintendente regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais - DPRF-MG, Rafael de Brito Aquino Soares e 2) o gerente de Fiscalização de Transporte e Trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG, Edilson Salatiel Lopes. O vereador teceu considerações sobre os possíveis efeitos decorrentes



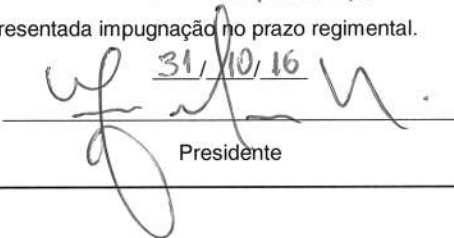
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Lei Federal nº 13.290/16 nas rodovias estaduais e federais que estão inseridas no Município, e sobre a atuação fiscalizatória do DER-MG e da Polícia Rodoviária Federal - PRF. Disse ser importante debater o assunto, esclarecer e disseminar informações sobre o tema aos cidadãos. Rafael de Brito Aquino Soares, destacou que a PRF busca maior visibilidade e segurança nas rodovias. Informou que, quando a lei foi publicada, a PRF, através de orientações repassadas às suas regionais, buscou fazer um trabalho educativo para conscientizar os cidadãos. Disse que, em todas as abordagens realizadas, os policiais rodoviários orientaram os condutores para que utilizassem o farol conforme a nova lei federal. Atentou que, a partir de 8/7/16, os policiais começaram a fazer autuações. Pontuou que em alguns trechos das rodovias federais BR-040 e BR-356, a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - ficou incumbida de fiscalizar, devido a um convênio firmado. Disse que, recentemente, foi notificado acerca de uma liminar judicial que suspendeu a cobrança das multas aplicadas. Pontuou que a PRF, tendo em vista a notificação recebida, recomendou a suspensão das autuações em todas as rodovias do Brasil. O vereador Pablo César-Pablito perguntou quem havia solicitado o pedido de liminar ao Poder Judiciário. Rafael de Brito Aquino Soares respondeu que fora a Associação Nacional de Proteção Mútua aos Proprietários de Veículos Automotores - Adpvat, e que a liminar foi concedida até que a questão seja solucionada judicialmente. Edilson Salatiel Lopes disse que o DER-MG, tendo em vista a decisão judicial, aguarda receber notificação. Mencionou as rodovias estaduais MG-010 e MG-030, que têm trechos de seus percursos inseridos em Belo Horizonte, onde foram feitas campanhas pelo DER-MG para alertar os motoristas acerca lei federal. Acrescentou que o DER-MG realizou algumas operações visando informar os condutores sobre o uso de farol baixo. Falou que, até o momento, somente a PRF recebeu notificação, sendo que no âmbito estadual ainda não havia sido recebida nenhuma ordem para interromper



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as fiscalizações. Lembrou que a Rodovia MG-262 também é de âmbito estadual e possui trecho em Belo Horizonte. Pontuou que, tendo em vista a Lei Federal nº 13.281/16, haverá algumas alterações no CTB a partir de novembro deste ano. Destacou que o DER-MG busca cumprir as determinações da legislação federal. O vereador Pablo César-Pablito perguntou se seria possível transformar os trechos de rodovias estaduais e federais que estão inseridos em Belo Horizonte em áreas de responsabilidade do Município. Edilson Salatiel Lopes respondeu que seria necessário haver uma lei estadual e/ou federal que promovesse alteração na esfera de competência para administrar os referidos trechos. O vereador Pablo César-Pablito pontuou que é importante a adequação da lei com a realidade social, alegando que a população já paga um preço muito alto com a carga tributária a ela imposta. Nada mais havendo a ser tratado, às 14h30min, o vereador Pablo César-Pablito declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>14/09/16</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>31/10/16</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
